

**A IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO DE LIBRAS PELA (O)
PSICÓLOGA(O) PARA O ATENDIMENTO PSICOLÓGICO INCLUSIVO À PESSOA
SURDA**

**THE IMPORTANCE OF SIGN LANGUAGE KNOWLEDGE FOR PSYCHOLOGISTS
IN PROVIDING INCLUSIVE PSYCHOLOGICAL SUPPORT TO DEAF
INDIVIDUALS**

Leni Ramos de Oliveira Gomes Ferreira

E-mail: lenigomes254@gmail.com

Acadêmica do curso de Psicologia da Alfaunipac - Teófilo Otoni/MG

Alcilene Lopes de Amorim Andrade

E-mail: alcileneagua@hotmail.com

Psicóloga, pós-graduada em Psicologia Clínica, Mestre em
Educação, Professora de Psicologia da Alfaunipac - Teófilo Otoni/MG

Resumo

Considerando que a acessibilidade e a inclusão são princípios fundamentais em qualquer prática psicológica, e que isso se aplica ao atendimento de pessoas surdas, este trabalho aborda a importância da psicoterapia inclusiva para estes sujeitos; destacando a necessidade de sensibilidade cultural por parte dos profissionais de saúde mental e a importância da utilização da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio de comunicação efetivo. O principal objetivo deste trabalho é apresentar a importância da Libras no atendimento psicológico às pessoas surdas, numa perspectiva inclusiva. Para tal fim, realizou-se pesquisa bibliográfica, de cunho descritivo e abordagem qualitativa. Os achados do estudo revelam a necessidade do conhecimento em libras pelos profissionais da psicologia, reconhecendo e salientando que o uso da mesma desempenha um papel crucial na eficácia do trabalho de psicólogos com essa população, pois não só facilita a comunicação, mas também demonstra um compromisso profundo com o respeito e a compreensão da cultura, da identidade e das experiências únicas dos surdos. Portanto, a comunicação em Libras na psicoterapia para surdos é um tema essencial para garantir que todos tenham acesso equitativo aos serviços psicológicos, respeitando suas particularidades linguísticas e culturais.

Palavras-chave: Atendimento psicológico inclusivo; Psicoterapia para Surdos. Libras.

Abstract : Considering that accessibility and inclusion are fundamental principles in any psychological practice, and that this applies to the care of deaf individuals, this paper addresses the importance of inclusive psychotherapy for these subjects, highlighting the need for cultural sensitivity on the part of mental health professionals and the importance of using Brazilian Sign Language (Libras) as an effective means

of communication. The main objective of this study is to present the significance of Libras in psychological care for deaf individuals from an inclusive perspective. To achieve this goal, a descriptive and qualitative literature review was conducted. The findings of the study reveal the necessity for psychologists to have knowledge of Libras, recognizing and emphasizing that its use plays a crucial role in the effectiveness of psychologists' work with this population. It not only facilitates communication but also demonstrates a deep commitment to respecting and understanding the culture, identity, and unique experiences of deaf individuals. Therefore, communication in Libras in psychotherapy for the deaf is an essential topic to ensure that everyone has equitable access to psychological services, respecting their linguistic and cultural particularities.

Keyword: Inclusive psychological care; Psychotherapy for the Deaf; Brazilian Sign Language

1 Introdução

O presente trabalho aborda a importância da psicoterapia inclusiva para pessoas surdas, destacando a necessidade de sensibilidade cultural por parte dos profissionais de saúde mental e a importância da utilização da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio de comunicação efetivo.

A Psicoterapia para surdos visa atender às necessidades específicas desta comunidade, utilizando a língua de sinais como principal meio de comunicação. Neste tipo de abordagem, o psicoterapeuta deve ser fluente em língua de sinais, além de possuir conhecimento sobre a cultura surda, o que facilita a compreensão e a comunicação mais eficaz com o paciente. A Psicoterapia para surdos em Libras promove a inclusão e o respeito à diversidade, contribuindo para o bem-estar emocional e psicológico dos indivíduos surdos. (QUADROS, 2015)

A comunicação é um aspecto fundamental no processo terapêutico, e para os surdos que utilizam a Língua Brasileira de Sinais como principal forma de comunicação, é essencial que os profissionais de saúde mental estejam abertos a adaptar suas práticas para atender às necessidades específicas desses clientes.

Legislações como o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Brasileira de Inclusão), por exemplo, garantem legalidade ao acesso e permanência da pessoa com deficiência em todos os espaços, englobando aqueles de serviços ofertados pela psicologia (PEREIRA, 2020).

Refletindo sobre as fragilidades existentes e os desafios para o psicólogo neste contexto, apresenta-se a o questionamento que norteou esta pesquisa: qual a

importância do conhecimento de Libras pela (o) psicóloga (o) no atendimento psicológico à pessoa surda?

Assim, o objetivo central deste estudo é apresentar a importância da Libras no atendimento psicológico às pessoas surdas, numa perspectiva inclusiva. Para tanto, pretende -se ainda: descrever os principais aspectos da história e a cultura da comunidade surda; identificar o direito de acessibilidade dos surdos pautado no código de ética da psicologia; caracterizar a prática inclusiva da psicologia frente às particularidades das pessoas surdas.

Este trabalho possui relevância social e acadêmica, considerando que a complexidade da psicoterapia com surdos é nítida na sociedade, uma vez que exige do profissional uma qualificação especializada. Considera-se que, a maioria, não possui cursos de capacitação para terapeutas trabalharem com surdos, além da ausência de materiais de pesquisas e a dificuldade apresentada por muitos em aprender Libras, algo que dificultaria o atendimento, caso o terapeuta não a domine.

Ademais, o processo de inclusão, transcorre por fases históricas, como a segregação, a exclusão e a integração, além de englobar a necessidade de se romper com as barreiras atitudinais e comunicacionais presentes na sociedade; o que conseqüentemente impacta diretamente a vida da pessoa com deficiência, já que sem tais mudanças, o processo de inclusão não acontece de fato.

2 Metodologia

Para atender aos objetivos propostos desenvolveu-se revisão de literatura, de abordagem qualitativa, e descritiva quanto à finalidade da pesquisa, a partir das seguintes bases de dados: Scientific Electronic Library Online (SciELO); Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC); BVS (Biblioteca virtual em saúde).

O estudo foi realizado por meio da leitura e compreensão de obras científicas publicadas nos últimos 10 anos, com exceção dos clássicos relacionados ao tema, legislação, código de ética da psicologia. Para a seleção foram utilizados os descritores: saúde mental; surdez; deficiência auditiva; língua de sinais, psicologia clínica; psicoterapia para surdos no Brasil; atendimento psicológico por meio da Libras.

3 Revisão de Literatura

Nesta seção apresentam-se reflexões sobre a história e a cultura dos surdos, o direito à acessibilidade e à prática inclusiva da psicoterapia frente a essas pessoas.

Destaca-se a trajetória histórica dos surdos, seus desafios, esforços, e também suas significativas conquistas construídas ao longo do tempo.

3.1 História e Cultura Surda: Principais Aspectos

A história cultural é uma nova interpretação de caminhos percorridos, para a deferência do povo surdo, dando lugar à sua cultura, valores, hábitos, leis, língua de sinais, bem como à política que movimenta tais questões, e não mais a excessiva valorização da história registrada sob as visões do colonizador, uma história que dá lugar ao sujeito. Ela não interpreta o sujeito como algo fora de contexto, inventado, mas o sujeito como instrumento histórico no sentido e no significado.

Nos relatos históricos eurocentrados, temos os gregos e romanos que jogavam não apenas os bebês surdos, mas os que tivessem qualquer deficiência, de despenhadeiros, devido ao culto à perfeição que ambas as culturas tinham. Os gregos acreditavam que a fala era expressão do pensamento e que por não valarem verbalmente as pessoas surdas não pensavam e assim, não conseguiriam aprender e seriam um estorvo para a sociedade, então deveriam ser eliminados, pois sua sociedade era pautada na autoindependência de seu povo. Já os romanos, por sua vez, por se tratar de um povo altamente militar, acreditavam que surdos não serviriam para combate (EIJI, 2020)

Os registros no Egito mostram que as pessoas surdas eram consideradas centradas e capazes de se comunicar apenas com os deuses egípcios e, por isso, eram sacerdotes e muitas vezes também adorados - há indícios de que o fato de a escrita egípcia ser por hieróglifos imagéticos teriam relação com os sacerdotes serem surdos, uma vez que os mesmos possuem uma linguagem muito visual (EIJI, 2020).

Desde tempos antigos, há registros de surdez e de esforços para integrar os surdos à sociedade. Na Grécia Antiga, por exemplo, figuras como Sócrates e Platão discutiam a educação e a capacidade intelectual dos surdos, destacando a diversidade de habilidades que transcendem a comunicação oral. No entanto, a educação formal dos surdos começou a se desenvolver de maneira mais estruturada

apenas no século XVI, com o surgimento de métodos de ensino específicos. Um marco significativo na história dos surdos foi a criação da primeira escola para surdos, em Paris, por volta de 1750, pelo abade Charles-Michel de l'Épée. L'Épée desenvolveu um método de educação baseado na linguagem de sinais, que permitiu aos surdos não apenas aprenderem, mas também se comunicarem de maneira eficaz. (STROBEL, 2009)

A deficiência historicamente sempre foi motivo de exclusão na sociedade, sendo ela brasileira ou não, vistos como incapazes de executar tarefas pela falta de entendimento na comunicação, esse problema foi dissolvendo a partir das aulas lecionadas no Imperial Instituto dos Surdos-Mudos aberto em setembro de 1857 por Huet, onde surge a Libras.

Leichsenring (2016, p. 2) diz que “foi elaborado uma língua de sinais, para que os surdos brasileiros se comunicassem e aprendessem de forma mais eficaz e padronizada, ” podendo assim comunicar com as pessoas, trabalhar e conviver em sociedade.

No século XIX, Alexander Graham Bell, conhecido por sua invenção do telefone, também desempenhou um papel controverso na história dos surdos. Ele advogava pela oralização dos surdos, promovendo o uso de métodos auditivos e desencorajando o uso da linguagem de sinais. Esse período viu um conflito entre defensores de diferentes abordagens educacionais e culturais para os surdos, conhecido como o "Congresso de Milão" de 1880, que influenciou políticas educacionais em muitos países por décadas. No século XX, houve um ressurgimento do movimento surdo que promove a valorização da identidade cultural e linguística dos surdos. O reconhecimento das línguas de sinais como línguas naturais completas e o movimento por direitos civis e educacionais foram fundamentais para a afirmação da comunidade surda como uma minoria linguística e cultural distinta. (STROBEL, 2009)

No século XXI, a Lei nº 10.436/2002 foi um marco importante para a comunidade surda brasileira, ao reconhecer a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão e determinar o apoio na sua difusão e uso pelo poder público.

O reconhecimento oficial das línguas de sinais como línguas naturais e a exigência de sua promoção têm fortalecido a identidade cultural surda e proporcionado um caminho para a inclusão social mais ampla. A cultura surda é um

universo rico e diverso, marcado por desafios superados, conquistas significativas e legislações que progressivamente garantem os direitos desse grupo linguístico e cultural

Em seu livro "As imagens do outro sobre a cultura surda", a pesquisadora surda, Strobel, cita:

Cultura surda é o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável, ajustando-o com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das "almas" das comunidades surdas. Isto significa que abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos do povo surdo (2008, p. 22).

Recentemente, movimentos de direitos civis têm promovido o reconhecimento e a valorização das línguas de sinais e da cultura surda. Segundo Bauman e Murray (2014), a abordagem bilíngue-bicultural (Bi-Bi) tem ganhado destaque na educação de surdos, enfatizando a importância de aprender tanto a língua de sinais quanto a língua falada do país.

Portanto, compreender a história e a cultura surda é essencial para reconhecer as contribuições da comunidade surda e apoiar suas contínuas lutas por inclusão e igualdade.

3.2 Direito à Acessibilidade dos Surdos, a Prática da Psicoterapia e o Código de Ética da Psicologia

A acessibilidade na psicoterapia para indivíduos surdos é um tema essencial para garantir que todos tenham acesso equitativo aos serviços psicológicos, respeitando suas particularidades linguísticas e culturais. A comunicação eficaz entre psicólogo e paciente surdo é fundamental para o sucesso da terapia, dependendo do uso apropriado de línguas de sinais, interpretação ou outros recursos de acessibilidade.

Nesse viés, Santos (2021), enfatiza que a psicoterapia também leva em consideração a cultura surda. A cultura surda é caracterizada por uma identidade coletiva, compartilhamento de valores, tradições e experiências comuns. Ao reconhecer e valorizar a cultura surda, os terapeutas podem adaptar suas abordagens terapêuticas para atender às necessidades específicas dos pacientes surdos, promovendo um ambiente acolhedor e seguro.

Existem profissionais especializados na psicoterapia para surdos que são fluentes em Libras e têm conhecimento sobre as particularidades da cultura surda. Eles estão aptos a utilizar estratégias terapêuticas adaptadas, como recursos visuais, materiais didáticos em Libras e interpretação simultânea, para facilitar a comunicação e o processo terapêutico. (OLIVEIRA, 2020).

Lima (2016) ressalta que a psicoterapia para surdos através da língua de sinais (Libras) é uma abordagem terapêutica que visa atender às necessidades específicas da comunidade surda, considerando sua língua e cultura como elementos fundamentais no processo de intervenção psicológica.

Para Mattioni (2018), a qualificação do psicólogo em Libras será o instrumento necessário para a ampliação das possibilidades de comunicação, algo vital para que o atendimento aconteça de forma fluida e autêntica (GALVÃO, 2018). Ademais, o encontro psicoterapêutico entre sujeitos ouvintes e sujeitos surdos é um encontro intercultural, sendo necessária a imersão do psicólogo no entendimento da cultura surda, sua realidade, comunidade, ritos e hábitos (SOUZA, 2015 apud ROSA, 2017).

Além de ter conhecimento das singularidades identitárias, afetivas e macropolíticas que emergem na vida do sujeito surdo (TOSTES, 2018), pensar também em estratégias efetivas para um atendimento de qualidade (CASALI, 2012).

Segundo Nunes (2016), a interação psicológica efetiva com pacientes surdos envolve não apenas dominar a língua de sinais, mas também compreender a cultura surda e suas nuances. Esta compreensão é crucial para estabelecer uma relação terapêutica de confiança e eficácia, superando as barreiras linguísticas que poderiam comprometer o progresso terapêutico.

O Código de Ética Profissional do Psicólogo, estabelecido pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) no Brasil, orienta que todos os profissionais devem respeitar a diversidade e promover a inclusão em suas práticas (CFP, 2005). O princípio da não discriminação é central neste código, exigindo que psicólogos eliminem quaisquer formas de preconceito e assegurem que todos os indivíduos tenham acesso igualitário aos serviços psicológicos, independentemente de sua condição sensorial ou linguística.

Considerando a Lei nº 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência,

visando à sua inclusão social e cidadania e no que diz respeito ao direito à Saúde, a(o) psicóloga(o) em conformidade com a LBI, deve viabilizar atenção integral à saúde da pessoa com deficiência em todos os níveis de complexidade, garantindo seu acesso universal e igualitário à saúde.

O Código de Ética Profissional do Psicólogo, estabelecido pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) no Brasil, orienta que todos os profissionais devem respeitar a diversidade e promover a inclusão em suas práticas (CFP, 2005, p. 22). O princípio da não discriminação é central neste código, exigindo que psicólogos eliminem quaisquer formas de preconceito e assegurem que todos os indivíduos tenham acesso igualitário aos serviços psicológicos, independentemente de sua condição sensorial ou linguística.

O Conselho Federal de Psicologia do Brasil, como órgão regulador da profissão, fornece diretrizes e orientações específicas sobre a prática psicológica, incluindo o atendimento a pessoas com deficiência. Essas orientações estão refletidas em documentos, resoluções e diretrizes que visam assegurar a qualidade e a inclusão no atendimento psicológico para todas as pessoas, incluindo aquelas com surdez. (CFP, 2022).

O CFP enfatiza a importância de garantir que os serviços psicológicos sejam acessíveis a todos, incluindo surdos. Isso implica na adaptação dos serviços para atender às necessidades específicas dessa população e assegurar que o atendimento seja realizado de forma inclusiva e respeitosa. Sendo assim, incentiva que psicólogos busquem formação e capacitação específicas para atender surdos, o que inclui entender a cultura surda, as particularidades da comunicação e as necessidades emocionais e psicológicas específicas dessa comunidade. A formação contínua e a especialização são vistas como essenciais para oferecer um atendimento de qualidade. (CFP, 2022).

O CFP também emite resoluções e documentos específicos que podem abordar diretamente o atendimento a pessoas com deficiência como os surdos. Todas essas diretrizes visam promover a inclusão e garantir que todos os indivíduos recebam um atendimento psicológico de alta qualidade, respeitando suas necessidades e garantindo que o processo terapêutico seja acessível e eficaz. É importante que os psicólogos estejam sempre atentos às orientações do CFP e se empenhem em oferecer um atendimento que respeite a diversidade e as particularidades de cada paciente. (CFP, 2018).

A falta de acessibilidade na psicoterapia pode resultar em exclusão e dificuldades significativas para os surdos que buscam apoio psicológico. Conforme discutido por Steinberg (2012), a ausência de intérpretes qualificados ou a falta de materiais adaptados pode comprometer gravemente a eficácia do tratamento psicológico, impedindo que os pacientes surdos se beneficiem plenamente das sessões terapêuticas.

Portanto, para os psicólogos, é imperativo não apenas reconhecer os direitos dos surdos à acessibilidade na psicoterapia, mas também implementar medidas concretas para garantir que esses direitos sejam respeitados na prática clínica diária. Isso inclui a formação contínua em linguagem de sinais, a contratação de intérpretes qualificados quando necessário e a adaptação de técnicas terapêuticas para atender às necessidades específicas da comunidade surda.

Em síntese, assegurar a acessibilidade na psicoterapia para surdos não é apenas uma questão de ética profissional, mas também uma obrigação moral e legal para promover a igualdade de acesso aos cuidados psicológicos. Ao integrar princípios éticos e direitos humanos, os psicólogos podem contribuir significativamente para o bem-estar emocional e mental de todos os indivíduos, independentemente de suas diferenças linguísticas ou culturais.

Santos e Assis (2015) afirmam que por conta de os psicólogos clínicos não serem qualificados para lidar com a Libras, acabam utilizando intérpretes.

Silva e Carmo (2016) e Talask (2006 apud ROSA, 2017), contestam a participação de uma terceira pessoa dentro do setting terapêutico, afirmando que o intérprete pode interferir no atendimento e no vínculo terapeuta/paciente, podendo comprometer também o contrato estabelecido e o sigilo profissional eles. Ao mesmo tempo, o ato de interpretar pode ter sentimentos pessoais do profissional intérprete, não provando a fidedignidade naquilo que está sendo transmitido.

Sendo assim, é fundamental que os profissionais de saúde mental estejam capacitados e sensibilizados para atender às demandas dessa comunidade de forma adequada e inclusiva, pois a acessibilidade linguística e cultural é um direito dos surdos, e a psicoterapia em Libras representa um passo significativo na garantia desse direito.

3.3 A Prática Inclusiva da Psicoterapia Frente à Pessoa Surda

A Psicoterapia para surdos é fundamentada em uma abordagem multicultural, que considera a língua de sinais como parte integrante da identidade e cultura surda. Segundo Nunes (2016, p. 45), a interação psicológica efetiva com pacientes surdos envolve não apenas dominar a língua de sinais, mas também compreender a cultura surda e suas nuances. Esta compreensão é crucial para estabelecer uma relação terapêutica de confiança e eficácia, superando as barreiras linguísticas que poderiam comprometer o progresso terapêutico.

A Libras (Língua Brasileira de Sinais) é a língua natural da comunidade surda no Brasil. Ela possui uma estrutura gramatical própria e é visual-espacial, utilizando gestos, expressões faciais e movimentos corporais para comunicar informações. Ao utilizar a Libras na psicoterapia, os pacientes surdos têm a oportunidade de se expressar de maneira mais natural e autêntica, facilitando a compreensão e o estabelecimento de um vínculo terapêutico sólido. (FERREIRA, 2019).

A Psicoterapia em Libras para surdos é embasada em uma perspectiva cultural e identitária, que reconhece a língua de sinais como um elemento central na comunicação e no desenvolvimento emocional dos pacientes surdos. (CARVALHO, 2018).

É importante ressaltar que a psicoterapia para surdos em Libras não se restringe apenas à linguagem, mas também aborda questões emocionais, comportamentais e relacionais. Os objetivos terapêuticos podem incluir o fortalecimento da autoestima, o desenvolvimento de habilidades de comunicação, a resolução de conflitos interpessoais, o aprendizado de estratégias de enfrentamento e a promoção do bem-estar psicológico global. Sendo assim, ela representa uma forma de atendimento terapêutico inclusivo e sensível às necessidades específicas da comunidade surda, promovendo o bem-estar emocional e psicológico desses indivíduos de forma mais efetiva e respeitosa. (SILVA, 2014).

A Psicoterapia para na língua de sinais (Libras) tem um papel fundamental na promoção da saúde mental e no bem-estar emocional da comunidade surda.

Segundo Souza (2019, p. 2) :

A Psicoterapia em Libras contribui para um ambiente terapêutico acessível e seguro, promovendo a expressão emocional e o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento, na qual os surdos se sentem confortáveis para expressarem suas emoções, pensamentos e vivências, contribuindo para o fortalecimento da autoestima e para o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento de desafios emocionais.

Além disso, possibilita uma comunicação mais eficaz e empática entre o terapeuta e o paciente surdo, promovendo uma maior compreensão das questões emocionais e psicológicas vivenciadas por eles.

Como ressalta Quadros (2015, p. 187), "a utilização da língua de sinais na Psicoterapia para surdos é essencial para estabelecer uma relação terapêutica de confiança e respeito mútuo, facilitando o processo de autoconhecimento e transformação pessoal".

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU (2006, p. 14) estipula claramente que pessoas surdas têm o direito fundamental à acessibilidade em todas as esferas da vida, incluindo educação, saúde e serviços sociais. Este tratado internacional reforça a necessidade de políticas e práticas que eliminem barreiras e promovam a inclusão plena e igualitária de todos os indivíduos na sociedade.

O atendimento psicológico a surdos demanda uma compreensão profunda das particularidades desta comunidade, que vai além das barreiras de comunicação. Muitos surdos enfrentam desafios relacionados ao preconceito, à inclusão social e às expectativas em relação à sua capacidade de comunicação. Esses fatores podem contribuir para problemas como ansiedade e depressão, sendo assim, é fundamental que os profissionais de psicologia estejam preparados para lidar com as especificidades do atendimento a indivíduos surdos, respeitando e integrando suas experiências e necessidades únicas, oferecendo um espaço seguro para explorar e tratar essas questões. (CARVALHO, 2021).

O atendimento psicológico a surdos exige uma abordagem adaptada, sensível e inclusiva, pois as dificuldades na comunicação podem complicar o diagnóstico e o tratamento de questões psicológicas do mesmo, além de levar a mal-entendidos ou a uma falta de expressão plena dos sentimentos e preocupações. Os psicólogos devem estar atentos a esses desafios e buscar estratégias para facilitar uma comunicação clara e eficaz, como o uso de recursos visuais e outras técnicas adaptadas. (PEREIRA, 2020).

A avaliação psicológica deve ser adaptada para garantir que os instrumentos e métodos utilizados sejam acessíveis para pacientes surdos. Testes e questionários podem precisar ser traduzidos para a língua de sinais ou ajustados para considerar as especificidades da comunicação do paciente. Além disso, o diagnóstico deve levar

em conta as possíveis influências da surdez nas manifestações de sintomas e comportamentos. (PISONI, 2016).

A colaboração interdisciplinar pode melhorar a coordenação do cuidado e a eficácia das intervenções, sendo assim, trabalhar com outros profissionais, como intérpretes e especialistas em educação surda, pode enriquecer o atendimento e assegurar que todas as necessidades do paciente sejam atendidas de forma integral.

O acesso aos serviços de saúde mental pode ser um desafio adicional para a comunidade surda. Barreiras de comunicação, falta de profissionais capacitados e serviços inadequados podem limitar o acesso a cuidados psicológicos de qualidade. Profissionais de psicologia devem se engajar na promoção da inclusão e na defesa dos direitos dos surdos, trabalhando para garantir que todos tenham acesso igualitário aos serviços de saúde mental. (COSTA, 2020).

A flexibilidade e a criatividade do psicólogo são cruciais para ajustar a abordagem terapêutica às necessidades do paciente surdo. Algumas técnicas terapêuticas podem precisar de adaptação para serem eficazes com surdos. Técnicas baseadas em comunicação verbal devem ser modificadas, e o uso de métodos visuais, atividades práticas e a exploração de recursos visuais podem ser mais eficazes. (SOUZA, 2019).

A prática clínica bem-sucedida com pacientes surdos depende de uma abordagem inclusiva e sensível, que valorize a cultura surda e promova uma comunicação eficaz. Ao adotar essas práticas, os psicólogos podem oferecer um suporte significativo e impactante para seus pacientes surdos, promovendo seu bem-estar emocional e psicológico.

4 Considerações finais

As considerações finais deste estudo destacam a importância do conhecimento de Libras para a psicóloga ou psicólogo visando oferecer um atendimento psicológico verdadeiramente inclusivo para pessoas surdas. A utilização da Língua Brasileira de Sinais (Libras) não apenas facilita a comunicação, mas também cria um ambiente de acolhimento, onde o paciente se sente respeitado em sua identidade e cultura. Este aspecto é crucial, pois, ao garantir que o paciente surdo tenha a oportunidade de se expressar plenamente em sua língua natural, o processo terapêutico se torna mais

autêntico, favorecendo o desenvolvimento da confiança e da conexão entre terapeuta e paciente.

Além disso, a psicoterapia em Libras desempenha um papel fundamental na promoção do bem-estar emocional e da autoestima da pessoa surda. Ao possibilitar que o paciente expresse suas emoções, vivências e desafios de forma clara e compreendida, o terapeuta consegue atuar de maneira mais precisa na identificação das questões psicológicas e na construção de estratégias de enfrentamento. Esse processo terapêutico adaptado à língua de sinais rompe com as barreiras comunicacionais que, muitas vezes, dificultam o progresso em terapias realizadas com intérpretes ou sem o domínio pleno da Libras por parte do psicólogo.

É igualmente importante ressaltar o respaldo ético e legal para a inclusão da Libras no atendimento psicológico, conforme estabelecido pelo Código de Ética Profissional do Psicólogo e pela Lei Brasileira de Inclusão (LBI). Ambas as normas reforçam a necessidade de garantir acessibilidade nos serviços psicológicos, assegurando que todos os indivíduos, independentemente de suas condições sensoriais ou linguísticas, tenham acesso pleno aos cuidados de saúde mental. No entanto, apesar dessas diretrizes, ainda existem desafios na prática, como a escassez de psicólogos capacitados em Libras, o que demonstra a urgência de uma formação continuada e especializada para que o atendimento inclusivo seja uma realidade em todas as clínicas e instituições de saúde.

Conclui-se que o uso de Libras na psicoterapia é não apenas uma ferramenta de comunicação, mas um elemento central para a promoção da inclusão e respeito à diversidade cultural e linguística da comunidade surda. A formação contínua de psicólogos em Libras é fundamental para assegurar que o direito ao atendimento psicológico inclusivo seja garantido na prática clínica. Ao integrar esses conhecimentos, os profissionais da psicologia podem oferecer um suporte emocional mais efetivo e promover o bem-estar das pessoas surdas, contribuindo significativamente para uma sociedade mais inclusiva e justa.

Referências

BAUMAN, HDL; MURRAY, JJ. **Ganho de surdos: aumentando as apostas para a diversidade humana** . Imprensa da Universidade de Minnesota, 2014.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras abordagens.**

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.**

CARVALHO, DR. **O atendimento psicológico de surdos e barreiras comunicacionais.** Revista Brasileira de Psicologia Clínica , 2021.

CARVALHO, DR.; ALMEIDA, CP. **Abordagem psicoterapêutica em Libras para surdos: estratégias e desafios.** Revista Brasileira de Psicoterapia , 2018.

CASALI, AG. **Uma psicoterapia para surdos no Brasil: avanços e desafios.** Cadernos de Psicologia Clínica , 2012.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Código de Ética Profissional do Psicólogo** . Brasília: CFP, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). (2022). **Resolução CFP nº 13/2022. Dispõe sobre diretrizes e deveres para o exercício da psicoterapia por psicóloga e por psicólogo.**

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). (2018). **Resolução CFP nº 11/2018.**

Regulamenta a prestação de serviços psicológicos realizados por meio de tecnologias da informação e da comunicação, adequando-os as pessoas com deficiência, como os surdos.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). (2021). **Manual de Atendimento Psicológico** . Apresenta orientações sobre a prática psicológica, incluindo a necessidade de capacitação em LIBRAS e a colaboração com intérpretes. Disponível em : <https://www.cfp.org.br/> .

COSTA, LA; PEREIRA, EM. **A eficácia da psicoterapia em Libras para surdos: uma revisão sistemática da literatura.** Cadernos de Psicologia Clínica , 2020.

EIJI, M. **A história da educação de surdos na antiguidade: mitologia e inclusão** . São Paulo: Edições Surdas, 2020.

FERREIRA, JP; MARTINS, SG. **Aspectos da psicoterapia para surdos usando a Língua de Sinais Brasileira.** Revista de Psicoterapia , 2019.

GALVÃO, F. **Atendimento psicológico a surdos: inclusão e desafios.** Psicologia em Revista , 2018.

LEICHSENRING, A. **Inclusão e práticas educativas para surdos.** Revista Brasileira de Educação , 2016.

LIMA, AS; FERNANDES, B.M. **Psicoterapia de grupo em Libras para surdos: promovendo a inclusão e o bem-estar emocional.** Psicologia em Movimento , 2016.

MATTIONI, R. **Inclusão cultural e linguística: desafios no atendimento psicológico**

a surdos. Revista de Psicologia Aplicada , 2018.

NUNES, M.F. **Acessibilidade comunicacional na clínica psicológica com surdos:** um estudo de caso. Revista Brasileira de Terapias Cognitivas , 2016.

OLIVEIRA, RS; MORAIS, T.C. **Psicoterapia individual em Libras:** estratégias e adaptações para atender a população surda. Revista de Psicologia Aplicada , 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.** Nova Iorque, 2006.

PEREIRA, BAM; LOURENÇO, L.M. **Surdez e psicologia clínica:** contribuições da literatura. Revista Psicologia , 2020.

PISONI, DB. **Funcionamento cognitivo e acadêmico em crianças e adolescentes surdos: uma revisão da literatura.** Jornal de Estudos Surdos e Educação Surda , 2016.

QUADROS, R.M. **Educação de Surdos:** a aquisição da linguagem . Porto Alegre: Artmed, 2015.

ROSA, P. da. **No encontro intercultural, o encontro terapêutico:** prática clínica com surdos. Cadernos de Psicologia Aplicada , 2017.

SANTOS, MA; ASSIS, R. **Psicoterapia para surdos:** considerações sobre o uso de intérpretes. Revista Brasileira de Psicologia Clínica , 2015.

SANTOS, MA; LIMA, F.S. **A importância da abordagem psicoterapêutica em Libras para surdos:** um estudo de caso. Revista Brasileira de Psicologia Clínica , 2021.

SILVA, AB; CARMO, CD. **A psicoterapia na comunicação com surdos:** o uso da Libras como ferramenta terapêutica. Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva , 2016.

SILVA, GR; RODRIGUES, IL. **Atendimento psicoterapêutico em Libras para surdos:** relatos de experiências e impactos. Psicologia em Debate , 2014.

SOUZA, LM; SANTOS, RA. **Psicoterapia em Libras:** desafios e possibilidades para o atendimento de surdos. Psicologia em Revista , 2015.

SOUZA, LM; SANTOS, RA. **Psicoterapia em Libras:** desafios e possibilidades para o atendimento de surdos. Psicologia em Revista , 2019.

STEINBERG, AG. **Aconselhamento e psicoterapia com adultos e crianças surdos:** um guia para profissionais . Washington: Gallaudet University Press, 2012.

STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda .** Florianópolis: UFSC, 2008.

STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda** . Florianópolis: UFSC, 2009.

TALASK, G. **Considerações sobre o uso de intérpretes na psicoterapia para surdos**. Revista Brasileira de Psicologia Clínica , 2006. (Apud ROSA, 2017).

TOSTES, A. **O papel da inclusão cultural na psicoterapia com surdos**. Revista Brasileira de Psicologia Clínica , 2018.